

O CAMPONÊS NA SOCIEDADE INDUSTRIAL: CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES DE UM ESTEREÓTIPO

Darieli Daltrozo Ilha*
Simone da Silva Ribeiro**

Resumo

Este artigo propõe-se a fazer uma reflexão sobre a produção do estereótipo do camponês brasileiro a partir de um personagem de Monteiro Lobato – o Jeca Tatu, no contexto da crescente urbanização e do projeto desenvolvimentista das primeiras décadas do século XX.

Através da ótica de Champagne (2008), é analisado como os meios de comunicação populares desta época foram utilizados para difundir novos valores e modelos pretendidos pela nascente sociedade industrial brasileira, com vistas a superar o “atraso” decorrente do modelo agrário. Como contraponto, Brandão (1990) mostra o trabalho e a cultura camponesa de agricultores do Vale do Paraíba – SP, mesmo lugar que inspirou a criação do personagem de Lobato, rompendo paradigmas ao mostrar outro olhar sobre os camponeses e seus saberes e culturas.

Palavras-chave: Camponês. Sociedade Industrial. Jeca Tatu.

INTRODUÇÃO

Ao abordar o tema “festa junina” com uma turma de terceiro ano do Ensino Fundamental de uma escola pública urbana de Juiz de Fora – MG, deparei-me com uma situação desafiadora. O texto “Com que roupa eu vou?”, publicado na seção “Folhinha” do jornal Folha de São Paulo, traz uma reportagem na qual a jornalista Mônica Krausz (2008) apresenta a opinião de crianças de 9 e 10 anos sobre o tipo de roupa usada nas festas juninas tradicionais no Brasil. As opiniões presentes no texto divergiam, uns questionavam e outros gostavam da roupa remendada, fora de moda, o chapéu “piniquento”, a barbicha rala dos meninos, o sorriso banguela com os dentes pintados de preto, a maquiagem malfeita e ridícula das meninas. Para uns, vestir-se assim era “pagar mico”, enquanto, para outros, era a parte mais legal e divertida de festa. Essa conversa gerou muita polêmica entre meus alunos, mas curioso é o fato de as crianças que têm familiares morando na roça, o que é muito comum em Minas Gerais, refutarem a ideia de que essa roupa caracteriza o vestuário das pessoas que vivem na área rural.

A tônica que perpassou as discussões foi o que chamou minha atenção, porque, muito além da tradição cultural herdada por nossos antepassados está o estereótipo do camponês, que está arraigado no imaginário dos

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: darieli.ilha@gmail.com

** Prof.^a Dr.^a do Colégio de Aplicação João XXIII. E-mail: simonerib@gmail.com

brasileiros: homens e mulheres sem instrução, ingênuos, com culturas e conhecimentos atrasados. Basta ver o significado do adjetivo caipira no dicionário Aurélio (2008): “que tem hábitos e modos rudes devido à pouca instrução ou escasso convívio social”. Basta ver a caricatura do personagem que tipifica os camponeses e tornou-se substantivo no dicionário: o Jeca Tatu. Será que realmente as pessoas que vivem no campo são assim? Quem criou e por que motivo esse estereótipo foi criado?

Inquieta com tais perguntas e na ânsia por respondê-las, proponho-me a refletir sobre a produção do estereótipo do camponês brasileiro a partir de um personagem de Monteiro Lobato – o Jeca Tatu, no contexto da crescente urbanização e do projeto desenvolvimentista das primeiras décadas do século XX. Mesmo com outros elementos importantes referentes às metamorfoses do personagem que ocorreram após 1930, a centralidade neste período deve-se ao fato de ter sido o momento em que foi criado e popularizado no Brasil. Busco a contribuição de Champagne (2008) para analisar como os meios de comunicação populares desta época – o rádio e o jornal impresso – foram utilizados para difundir novos valores e modelos pretendidos pela nascente sociedade industrial brasileira utilizando o Jeca Tatu como o grande protagonista. Como contraponto, apresento a colaboração de Brandão (1990), que mostra o trabalho e a cultura camponesa de agricultores do Vale do Paraíba – SP, mesmo lugar que serviu de inspiração para a criação de Lobato.

1. O NASCIMENTO E A CONSAGRAÇÃO DO JECA TATU: UM PERSONAGEM IMPORTANTE NO CENÁRIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Escrevo este texto em primeira pessoa porque nasci e cresci com os pés roseteados de campo na

querência do Rio Grande do Sul, trazendo no meu sangue a terra vermelha, produtiva... e bela! Uma terra que traz as marcas do trabalho de diversas famílias que construíram suas existências, suas comunidades, suas culturas e suas histórias. No entanto, essa riqueza tem se perdido pouco a pouco e Arroyo deixa claro as motivações para isso: “A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo ou de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos” (ARROYO, 1999, p. 23).

E essa não é uma situação pontual, mas, sim, traduz a realidade do campo brasileiro nos últimos anos. O campesinato tem perdido lugar para o agronegócio, sendo este sim o sinônimo de progresso e desenvolvimento do campo. A cultura a ele vinculada também obedece ao padrão de vida urbano: as famílias dos grandes produtores rurais vivem na cidade e seus filhos não se identificam com o campo, a não ser pelo fator financeiro. Por isso a opção aqui sustentada defende aqueles que fazem do campo seu espaço de vida, de sustento, de produção e reprodução de conhecimentos e de cultura. Aproprio-me das definições de Brandão (1990) que caracterizam o camponês como pequeno produtor rural, proprietário ou arrendatário que produz com a força de trabalho da família os produtos para sua subsistência e para garantir a renda familiar. Da mesma forma, a cultura camponesa representa a “teia de símbolos e sentidos com que os camponeses representam a vida; de suas crenças; de seus códigos de convivência familiar e comunitária; de suas técnicas e estratégias de reprodução do trabalho agrícola e pastoril” (p. 4-5). Cultura que ainda nos dias de hoje é estereotipada de forma negativa, a cultura do Jeca.

Para conhecer esse personagem, um clássico da literatura brasileira que se tornou um dos mais conhecidos de Monteiro Lobato, precisamos nos remontar à segunda década do século XX. Alves Filho

(2003) apresenta uma análise muito interessante da obra que originou o Jeca Tatu e o contexto vivido pelo seu criador. Tudo começou com a publicação do artigo intitulado “Velha Praga”, no jornal Folha de São Paulo no ano de 1914. Monteiro Lobato, que tinha herdado de seu avô uma fazenda no Vale do Paraíba em São Paulo, passara a dedicar-se também a administrar o trabalho nas suas novas terras. O conteúdo do artigo expressava sua frustração frente a um inverno seco, mas principalmente atacava com indignação o caboclo que fazia a prática das queimadas. Sua intenção inicial, portanto, foi escrever uma carta ao jornal mostrando o repúdio a tais práticas e denunciando o caboclo como a praga que era responsável pelo atraso do país, como mostra o trecho a seguir:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o Argas o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porriago decalvans*, o parasita do couro cabeludo (...). Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças (LOBATO, 1994, p. 88-89).

Vendo no texto um repertório atrativo, o jornal optou por publicá-lo fora da seção de carta dos leitores. A repercussão foi tamanha que posteriormente foram publicados novos textos, todos relatando, segundo seu olhar, a pobreza, o abandono, o atraso e a tristeza vivida no meio rural brasileiro e suas causas. Um desses textos foi o conto “Urupês”, no qual aparece pela primeira vez o Jeca Tatu, que mais tarde compôs parte de um livro com 14 contos agrupados, publicado em 1918 levando o nome deste conto que popularizou o personagem caricato de Monteiro Lobato. Lembrando que urupê, uma das formas como o Jeca é chamado, é um tipo de fungo parasita conhecido na época.

A descrição física e da personalidade do Jeca Tatu não era nada romantizada. Fruto da mestiçagem do

branco com o índio, Monteiro Lobato o via como um sujeito preguiçoso, desleixado com a aparência e sem preocupação com a higiene, de pés descalços e roupa maltrapilha, doente, fraco, ignorante, alcoólatra, cheio de credices; vivendo em extrema miséria, trabalhava para a subsistência mínima da família e, como expectador da vida, assistia a tudo de cócoras, “incapaz de evolução, impenetrável ao progresso” (LOBATO, 1994, p. 91). No conto Urupês, o Jeca é a nova figura que povoa os sertões, aparecendo no âmbito literário como substituto moderno ao índio romantizado da fase indianista, mas, no entanto, nem um pouco idealizado. Pobre Jeca, “é soturno, (...) o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive...” (op. cit. p. 97).

Alves Filho (2003) também vê nessa caracterização de Lobato do “Piraquara do Paraíba” o eleitor de cabresto da Primeira República, que votava, mas não tinha a mínima noção do que estava fazendo, de quem governava e do que fazia um governante. Era pura e simples massa de manobra, mantendo-se ignorado pelo olhar dos governantes na criação de políticas públicas voltadas ao Brasil rural.

O fato mais importante de sua vida é, sem dúvida, votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão funadinho de traça e todo vincado de dobras; entala os pés num alentado sapatão de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lho retém para maior garantia da fidelidade partidária (LOBATO, 1994, p. 94).

Estudioso de Monteiro Lobato, Alves Filho (2003) aponta que, a partir da publicação de “Problema Vital”, em 1918, ele apresenta o Jeca como uma vítima da civilização, tornando-se assim um denunciante do abandono das populações rurais, relegadas a uma vida miserável. Um dos focos era a vulnerabilidade às doenças, como verminoses. Essa mudança de

perspectiva decorre da influência de propostas de intelectuais que sustentavam uma campanha de saneamento do Brasil ocorrida entre os anos de 1915 e 1920. O grande objetivo desta obra era sensibilizar e motivar o país a aderir à campanha de saneamento da grande área rural brasileira. Na sequência, com a mesma intenção, em 1924, é criado o Jeca Tatuzinho, o grande protagonista da campanha sanitária. A postura agora assumida por Lobato afastava-se das críticas agressivas presentes nas obras anteriores; para ele, o Jeca poderia se tornar um trabalhador eficiente e bem-sucedido se fosse corretamente medicado e curado das doenças. Nesse momento, sua obra assume o papel de chamar a atenção dos governantes e de intelectuais para a realidade rural no Brasil.

O “renascido” Jeca Tatuzinho pós-1924 assume novos traços. Curado da ancilostomíase graças à indústria farmacêutica, torna-se um coronel bem-sucedido e enriquece. Vira um “homem trabalhador” e cuidadoso com a higiene. Interessante analisar as influências deste novo enfoque. De acordo com Labra (1985), o movimento sanitário brasileiro iniciado por volta de 1915 nos centros urbanos foi parte da expansão de um movimento sanitário mundial atuante desde 1902 e comandado pelos Estados Unidos. Tratava-se de uma rede de instituições denominada pela autora de “conexão sanitária internacional”, que se fortaleceu após o término da Primeira Guerra Mundial e do bem-sucedido processo de instauração da hegemonia do capital norte-americano no país. Essa corrente pró-modelo americano de organização da saúde, tanto dos serviços como da formação técnica, apresentava projetos políticos de cunho modernizante e foi vencedora na Reforma Sanitária de 1920-1923.

Outra contribuição relevante a esse respeito é a de Santos (1985). No entanto, o referido autor argumenta que o movimento sanitário no Brasil ia muito além de uma política de saúde, cujos objetivos expostos eram

promover a reforma sanitária nas áreas esquecidas do interior do país, mas que, na verdade, representava interesses políticos, disseminando a ideologia da descoberta e da “redenção dos sertões”.

Havia, no início do século XX, uma motivação de cunho nacionalista que impregnava os discursos de intelectuais e políticos com a intenção de superar o atraso e modernizar o país. Uma das alternativas foi incentivar a vinda de imigrantes europeus não só para trabalhar, mas para “purificar” e “branquear” a raça miscigenada do brasileiro, que, como exemplificado na primeira construção de Lobato do Jeca Tatu, era a causa da doença, da fraqueza e da inaptidão do caipira para o trabalho. Aí estava a demanda principal para a campanha sanitária iniciada nos centros urbanos, ou seja, para combater as doenças que afugentavam os imigrantes europeus. Por outro lado, outros intelectuais faziam parte de uma corrente que via no interior do Brasil a força da nacionalidade. Divergências intelectuais fomentavam um cenário que trazia à tona a questão do rural, trazida também por nomes como Euclides da Cunha, Vicente Licínio Cardoso e Alberto Torres, mas apenas Monteiro Lobato aderiu com entusiasmo à campanha do saneamento, criando um terreno favorável junto às elites, disseminando tal ideia a ponto de transformar a bandeira da reforma sanitária em uma “aspiração nacional”.

A missão do Instituto Oswaldo Cruz realizada pelos médicos Artur Neiva e Belisário Pena, em 1912, em estados do nordeste e em Goiás, denunciou as péssimas condições médico-sanitárias e sociais no interior do país. O relatório apresenta, inclusive, críticas às justificativas das oligarquias agrárias para a situação das populações rurais e delata a subordinação destes ao poder do latifúndio e a quase inexistência da pequena propriedade.

A publicação de seus resultados, em 1916, no conhecido Relatório Neiva-Pena, impactou as elites

urbanas do país e direcionou o movimento sanitário para além do espaço urbano, instaurando a campanha de saneamento dos sertões, e avivando o debate no meio político ao mesmo tempo em que apresentava ambiguidades quanto às propostas para enfrentar os problemas denunciados, pontuando a questão da centralização/descentralização administrativa no Brasil. Nos anos seguintes, as políticas públicas como as de saúde indicavam a crescente intervenção estatal no país.

Na análise de Santos (1985), o movimento sanitário foi um “movimento de elite”, uma ideologia de mobilização política que simplesmente olhou para os povos do campo, distribuiu os manuais do Jeca Tatuzinho e animou os programas de rádio. A atuação, principalmente de Belisário Pena, foi de empolgar a opinião pública e os intelectuais influentes da época, como Lobato; mas suas proposições esbarravam no poder das oligarquias e na falta de mobilização popular.

Nesse sentido, ao questionar-se de onde vem a força política do movimento, o autor entende que este foi essencial como uma das ações estratégicas de cunho ideológico para a construção da nacionalidade na República Velha. O emblema saúde pública e nacionalidade tornou-se um terreno fértil para os ideários da modernidade da nação brasileira.

Ora, a queda da imigração europeia durante a Primeira Guerra Mundial abriu caminho para propostas alternativas. Ademais, mesmo nos anos de forte imigração, só os estados meridionais se beneficiavam da entrada de europeus. Os sanitaristas acenavam com uma proposta que atraía não só as elites do sul como as do norte. Nosso atraso, diziam, se devia à doença, não ao determinismo biológico. A construção da nacionalidade exigia que as elites desviassem os olhos sempre postos na Europa para o interior do Brasil, para as grandes endemias dos sertões. A (re)integração dos sertões à civilização do litoral representava o grande desafio para o fortalecimento da nacionalidade, pois população doente = raça fraca = nação sem futuro. Importa ressaltar que a relevância política do movimento sanitário esteve justamente em seus aspectos ideológicos (SANTOS, 1985, p. 11).

Após a Revolução de 1930, ocorreu o esvaziamento do movimento sanitário, pois os olhares do governo Vargas voltavam-se mais para as demandas urbanas, já que as cidades eram alvoroçadas pela crescente militância sindical que desafiava os interesses das classes empresariais. Ademais, seguir adiante com o movimento demandava o enfrentamento das oligarquias agrárias para elevar a qualidade da saúde e do saneamento dentro das fazendas, esforço que não estava disposto a fazer. “O quadro que se delineava ao findar da Primeira República – a contestação política do operariado urbano, a inexistência de movimentos reivindicatórios no campo – contribuiu para o esvaziamento definitivo da ideologia de redenção dos sertões” (SANTOS, 1985, p. 18-19). Daí a importância das campanhas “manuais” publicitárias que deixavam à responsabilidade da população as mudanças necessárias à sua qualidade de vida.

Enquanto a mídia impressa – livros e jornais – era utilizada nos centros urbanos, outro meio de comunicação era popular no campo – o rádio – e através dele as campanhas de saneamento passaram a ser difundidas pelos programas “manuais”, sendo o principal o do Jeca Tatuzinho. Vasconcelos (1982) argumenta que foi uma campanha de conscientização em larga escala, problematizando essa grande questão. Segundo a autora, Lobato apresentou uma primeira tentativa de explicar as causas dos males do Jeca em termos sanitários, liderando campanhas jornalísticas que visavam o saneamento do país. Um exemplo bem conhecido foi o trabalho conjunto de Lobato e seu amigo Cândido Fontoura, farmacêutico e dono de laboratório que criou o Biotônico Fontoura em 1910. Os amigos fizeram o casamento perfeito: o tônico “antianêmico com ferro para o sangue e fósforo para os músculos” levava consigo o Almanaque do Jeca Tatu, com dicas de saúde e higiene, escrito por Lobato, editado e distribuído pelo Laboratório Fontoura. Virou

tradição e permaneceu por décadas. Estudos recentes negam seus benefícios nos dias atuais, mas acredita-se que, na época, sua contribuição correspondeu ao que se propôs a fazer.

É inegável que a grande mídia que predominou no campo foi o rádio. Mesmo com o novo momento do Jeca, preconizado nessa segunda fase, mais preocupada com os problemas da população do interior, focando-se na questão sanitária, aquele primeiro modelo ficou marcado no imaginário brasileiro. As músicas retratavam esse pensamento, como figurou “A Tristeza do Jeca”, composta por Angelino de Oliveira em 1918, gravada pela primeira vez na voz de Patrício Teixeira em 1926 e regravaada por uma avalanche de artistas contemporâneos. Os dramas sertanejos eram cruzados por histórias tristes que mesclavam a pobreza de um campo abandonado, a simplicidade de seus moradores, a melancolia e a desesperança. O exemplo desta música é bem significativo, pois aqui o Jeca quer cantar o seu sofrer e a sua dor para sua amada: “um jeca quando canta tem vontade de chorar” (CARVALHO, 2015). Adjetivos que até hoje povoam o imaginário de quem escreve e de quem ouve as modas sertanejas de raiz, aquelas tipicamente caipiras.

Ainda falando de Lobato, outra de suas influências decorreu do tempo em que viveu nos Estados Unidos no período de 1927 a 1931. Trouxe de lá a convicção de que o progresso, tão almejado da nação brasileira, seria possível através da industrialização. Nesse momento, mais do que nunca, o Jeca passou a caracterizar a identidade da nação que precisava ser, além de saudável, redimida por este novo modelo de produção e de sociedade.

Jeca Tatu tornou-se a personificação do atraso econômico do Brasil, atribuído à vida e às atividades econômicas predominantemente rurais. Passou então a ser o modelo do que pretendia ser superado e deixado no passado em função de ideais republicanos e modernos que a sociedade da época pretendia.

De acordo com Demeterco (2008), o período que sucedeu a Proclamação da República no nascente século XX foi marcado pela crescente urbanização e pela industrialização, principalmente em consequência das necessidades de consumo das classes abastadas desabastecidas em meio ao cenário de carências da Primeira Guerra Mundial e pelo fato de o modelo agroexportador estar na berlinda.

O crescimento das cidades traz consigo mudanças que afetam diretamente o modo de vida das pessoas. Para Vieira (1996, p. 20), a industrialização suscita novos interesses, valores, ideias, hábitos. O estímulo à atividade produtiva é um bom exemplo, afinal, “trabalhar significa dever, realização pessoal, expectativa de futuro promissor, sucesso econômico, projeção social, sonho de felicidade”. O tempo agora é obediente à pressão do relógio, corre depressa e exige pessoas disciplinadas e moldadas às rotinas que as indústrias impõem. Nessa lógica, impõe-se que a nova cultura da fábrica substitua a cultura rural.

2. O JECA TATU E AS MÍDIAS POPULARES

A popularização e consagração do estereótipo do Jeca foi possível não só em decorrência dos discursos políticos ou intelectuais, mas principalmente das mídias populares das primeiras décadas do século XX: os folhetins informativos, o jornal impresso e o rádio, sendo estes últimos os de maior destaque. Para refletir sobre a influência da mídia na construção de estereótipos, trago para esta discussão as contribuições de Champagne (2008) sobre a visão midiática que analisa a ideologia presente nas abordagens jornalísticas. Este texto é parte da obra de Bourdieu (2008), fruto de uma pesquisa coordenada por ele e que contou com a colaboração de um grupo de pesquisadores que apresentam o resultado de suas entrevistas com sujeitos da periferia de cidades da França descrevendo as percepções,

vivências, dificuldades e inquietações destas populações em meio aos dramas que enfrentam e denunciando, com certa desesperança, a miséria do mundo. Mesmo sendo publicado nos anos de 1990, a essência da análise das mídias e suas influências cabem no contexto aqui analisado.

Isso porque o estereótipo do Jeca Tatu era impregnado de questões sociais, e, portanto, havia o interesse de popularizar essa representação em meio à opinião pública. Imagine-se a repercussão das publicações de Monteiro Lobato nos jornais e nas histórias, músicas e campanhas divulgadas nos programas de rádio nas primeiras décadas do século XX. Eram mídias de massa que, assim como a televisão é predominantemente hoje, formavam opiniões e ofereciam subsídios para discussões em todos os espaços. Enfim, criava-se um terreno fértil para disseminar ideias e conceitos: o Urupê do pau podre encontrava um lugar para ser conhecido. “Os mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas” (CHAMPAGNE, 2008, p. 63).

Era, sem dúvida, um fato fora do comum para a sociedade urbana burguesa que nascia no Brasil. O atraso do país era culpa da imensa massa de camponeses que cobriam os sertões: indivíduos fracos, doentes, analfabetos, sem cultura e biologicamente inferiores devido à mistura de raças. O ponto de vista de um fazendeiro passa a ser o sinônimo da figura do camponês brasileiro. “Ora, a mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores” (CHAMPAGNE, 2008, p. 64). O estereótipo do camponês e do espaço rural brasileiro foi também um problema midiaticamente constituído. A população do campo e da cidade recebeu e incorporou a perspectiva de Lobato como uma verdade, um fato, criando uma

figura e conceitos relacionados a ela que até hoje estão arraigados no imaginário do brasileiro.

Aqui já se percebe o tom de sensacionalismo para tratar os fatos e os sujeitos que fogem à “normalidade”, que sempre é definida por alguém alheio que está em uma posição privilegiada na estratificação social. Tanto no fato brasileiro analisado neste texto como nas áreas da periferia francesa ocorreu e ainda ocorre o mesmo: pessoas alheias à realidade destas populações criaram estereótipos de pessoas, de problemas sociais e as soluções para isso. E essas pessoas? O que sentiram? Como realmente viviam e o que pensavam sobre o lugar onde viviam? Os dominados, ou seja, as populações marginais ou desfavorecidas, não têm o poder de controlar sua representação na mídia. Por que então só uma perspectiva era considerada? Para comover a opinião pública das elites que assistiam, ouviam ou liam “atônitas” as barbáries do povo sem cultura, sem educação, sem passado e nem futuro.

A mídia fabrica representações, como demonstrou Champagne sobre o estereótipo produzido dos jovens suburbanos franceses de regiões como as de Vaulx-en-Velin e Lyon. O autor denuncia a defasagem entre representação da realidade x realidade, destacando que a atenção se volta para fragmentos da realidade e não para a situação objetiva, os mecanismos globais que provocaram os problemas que caracterizam regiões ou grupos sociais. Além disso, é o discurso do outro e a visão do outro que prevalecem, as populações marginalizadas não têm voz diante da sua própria vida. “Se esta representação ocupa pouco espaço no discurso dos dominados, é porque estes dificilmente são ouvidos. Fala-se deles mais do que eles falam e, quando falam aos dominantes, tendem a tomar um discurso emprestado, o que os dominadores usam” (CHAMPAGNE, 2008, p. 69).

Portanto, a mídia assume o discurso dos dominadores, criando uma realidade que ela pretende

descrever. Os reais interesses e as vozes das populações marginalizadas fogem da fabricação dos acontecimentos midiáticos, distanciando-se do que essas populações necessitam ou poderiam esperar. Soluções são apresentadas, mas são mais midiático-políticas do que reais. A propósito, o controle da mídia por grupos sociais ou políticos tem sido uma ferramenta de manipulação, formação de opiniões e de criação de demandas específicas que atendem a interesses dos grupos já mencionados. Já em 1914, percebe-se que demandas políticas e ideológicas necessitariam de uma visibilidade midiática para serem publicamente reconhecidas e justificáveis pela opinião pública e pelo poder político. Como é perceptível desde então, “politicamente, é muito difícil agir fora da mídia, ou, a fortiori, contra ela” (op. cit., p. 75).

3. UM CONTRAPONTO: DESCONSTRUÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESTEREÓTIPOS DO CAMPONÊS BRASILEIRO

Como contraponto ao estereótipo do camponês construído a partir do personagem de Lobato, apresento o camponês na perspectiva de um pesquisador que realizou uma de suas pesquisas de campo justamente na mesma região do Vale do Paraíba, no interior de São Paulo, local de onde Lobato se inspirou para criar e caracterizar o seu personagem.

Partindo do mesmo lugar e falando do mesmo grupo social, Lobato, em 1914, e Brandão, em 1990, apresentaram um camponês completamente diferente do outro. O primeiro fala a partir de sua posição privilegiada de fazendeiro, escritor, editor, publicitário e em nome de novos ideários que se pretendia impor. Fala de alguém, desconhecendo seus anseios, sentimentos, dificuldades, assim como seus saberes, sua cultura e suas significações. Construiu assim a figura de um sujeito em uma visão preconceituosa, julgando que esse alguém é

tão ignorante que não é capaz de ter opinião. Por outro lado, o segundo fala a partir do lugar dos camponeses, convivendo *com* e falando *com* eles: observando como constroem e organizam suas vidas cotidianas, participando de festas e ritos significativos para a comunidade, convivendo e dialogando com estudantes e professores das escolas rurais e chamando o leitor para “*ver* a experiência real das trocas entre pessoas e a escola funcionando na vida de um povoado concreto” (BRANDÃO, 1990, p. 5).

Brandão situa o espaço a partir da visão dos camponeses: o sertão, o povoado, o bairro e a vila, influenciados nas suas origens pelas idas e vindas em busca do ouro e do café, hoje são marcados pela continuidade entre o rural e o urbano. Mas é marcante o fato de que a cidade ou as cidades são o destino que se almeja. A partir das perspectivas dos camponeses, o autor sistematizou o “mapa simbólico” da região, com os significados que cada local representa para eles, realçando o modo de vida camponês e a atração da cidade.

Situando o espaço, Brandão apresenta os camponeses e suas famílias. Otávio e Leda, Antônio e Tereza, Rosa e Benedito, Agenor e Geralda. Sujeitos concretos, com nome e identidade que indicam o oposto daquele Jeca de 1914: pessoas criativas, festivas, inteligentes, que dividem o trabalho nas pequenas propriedades entre os membros da família em uma divisão de tarefas eficiente e que garante o funcionamento da dinâmica de atividades. Pessoas que têm vasto e profundo conhecimento sobre terra, plantio e espécies de vegetais; criação de gado, porcos, cavalos e pequenos animais; produção de leite e derivados etc. Soma-se ainda o domínio de receitas das mais variadas e que perpassam gerações, a sabedoria dos perigos e recursos medicinais de diversas espécies de ervas e raízes dos matos que rodeiam as propriedades. São homens e mulheres mestres em muitos ofícios.

Estamos falando de uma gama de conhecimentos tradicionais que, aliados aos ritos, festejos e outras manifestações artísticas, culturais e esportivas, unem as pessoas das comunidades rurais entrelaçadas por uma rede de solidariedade, compõem um rico acervo característico do que denominamos cultura camponesa e que identificam as pessoas ao seu lugar e ao seu modo de vida.

No entanto, há problemas comuns denunciados por esses camponeses. Falta um plano de desenvolvimento para as comunidades locais, ausentes de infraestrutura que atenda a essas populações. As péssimas condições das escolas rurais levam as famílias a matricularem os filhos em escolas nas cidades próximas e estes crescem seduzidos pela cultura urbana. Já no início dos anos de 1990, os agricultores amargam o sentimento de perder a mão de obra familiar e a continuidade do trabalho na propriedade em função do estudo e trabalho dos filhos na cidade. Pouco a pouco o campo tem se esvaziado, principalmente de jovens, fato que denota o histórico descaso pelo campo e o fortalecimento do discurso da cultura urbana e do conhecimento científico como superiores à cultura camponesa e aos conhecimentos tradicionais das populações rurais.

Observamos que a perspectiva de Brandão (1990) apresenta o camponês e sua cultura em uma abordagem que refuta paradigmas predominantemente impostos e nos traz à reflexão os problemas históricos ligados ao campo no Brasil. Refere-se à falta de interesse do Estado brasileiro em oportunizar o desenvolvimento do campo a partir das pequenas propriedades, mas que optou por priorizar o projeto da Revolução Verde, que implantou o agronegócio e a monocultura como alternativas. Fato que explica o descaso pelo campo nas políticas públicas e estratégias governamentais que, mesmo sendo constatada através do Relatório Sanitário do interior do Brasil, nos anos de 1920, a difícil situação das populações camponesas

que optaram por manter-se com os princípios da agricultura familiar em uma propriedade com diversidade de culturas, até hoje, um século depois, não tem lugar de destaque.

O problema, portanto, está muito longe daquele apontado inicialmente por Lobato e que insiste em continuar impregnando o imaginário social de que o camponês, o pequeno agricultor que alimenta o país com a diversidade de culturas produzida em sua propriedade, vive em difíceis condições devido à sua preguiça, fraqueza ou incapacidade intelectual. Foi a escolha de um modelo de conhecimento, de sociedade e de produção que promoveu o tipo de campo que temos hoje e a imagem que a sociedade tem dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre as perguntas iniciais que me instigaram a escrever este trabalho, questionando se realmente as pessoas que vivem no campo são assim, quem criou e por que motivo esse estereótipo foi criado, posso tecer algumas considerações a partir dessa análise. A forma sorradeira como Jeca Tatu foi criado e popularizado convence, pouco a pouco e de uma forma pacífica, a população urbana e rural. Esta introjetando essa identidade, e aquela conscientizando-se de que a imagem do caipira era algo que deveria ser deixado no passado e somente lembrado como uma face do folclore brasileiro, em que o Jeca caracterizaria uma primeira fase da construção da identidade nacional, atrasada e subdesenvolvida.

Mesmo que na segunda fase do personagem, pós-1924, tenha-se contextualizado o Jeca em uma perspectiva de denúncia da sua realidade, fica claro, a partir da escrita de Lobato, que a ciência e o trabalho, inseridos no novo paradigma produtivo, tornam o personagem rico e saudável, ou seja, são os redentores do caipira ignorante.

A ideia de criar um personagem popular e utilizar mídias abrangentes da época para que as populações rurais se convencessem das mudanças que deveriam empreender foi uma estratégia eficiente. Muito além da campanha sanitária e da visibilidade dada aos problemas de homens e mulheres do campo, que foram necessárias e importantes, está a “venda” de novos ideais e novos valores para construir o novo modelo de sociedade que se pretendia, superando o modelo agrícola rural para assumir um modelo urbano industrial. O grande problema nisso tudo reside no fato de encarar a população do campo ou como uma culpada natural devido à miscigenação e à preguiça e inabilidade ao trabalho ou como vítima de coronéis. São perspectivas que veem essas pessoas como marionetes, sem capacidade racional, e desta forma alguém precisa pensar e decidir por elas.

A reflexão de estudiosos como Alves Filho sobre a essência da figura do Jeca Tatu como um ícone da identidade nacional que permanece incrustada no imaginário social nos possibilita questionar todo o contexto de criação e consagração deste personagem. Podemos inferir que, além da figura amplamente aceita e querida pelo povo, que viu na simplicidade, na bondade e no contato à natureza a essência presente na alma rural do povo brasileiro, está a intenção de disseminar a nova ideologia do capital.

THE PEASANT IN INDUSTRIAL SOCIETY: CONSTRUCTIONS AND DECONSTRUCTIONS OF A STEREOTYPE

Abstract

This article proposes to make a reflexion about production of the stereotype of the Brazilian peasant from a character of Monteiro Lobato - Jeca Tatu, in the context of the growing

urbanization and the developmentalist project of the first decades of the twentieth century.

From the point of view of Champagne (2008) it is analyzed how the popular means of communication of this time were used to spread new values and models claimed by the nascent Brazilian industrial society, with a view to overcoming “the delay” caused by the agrarian model. As a counterpoint, Brandão (1990) shows the work and farmers’ culture of the Vale do Paraíba - SP, same place that inspired the creation of the character of Lobato, breaking paradigms by showing another view about the peasants and their knowledge and cultures.

Keywords: Peasant. Industrial Society. Jeca Tatu.

EL CAMPESINO EM LA SOCIEDAD INDUSTRIAL: CONSTRUCCIONES Y DECONSTRUCCIONES DE UM ESTEREOTIPO

Resumen

En este artículo se propone realizar una reflexión sobre la producción del estereotipo del campesino brasileño desde un personaje de Monteiro Lobato - Jeca Tatu, en el contexto de la creciente urbanización y el proyecto de desarrollo de las primeras décadas del siglo XX. A través de la óptica de Champagne (2008) se analiza como se utilizaron los medios de comunicaciones populares de este tiempo para difundir nuevos valores y modelos deseados para la emergente sociedad industrial brasileña, con el fin de superar el “retardo” debido al modelo agrario. Como contrapunto, Brandão (1990) muestra el trabajo y la cultura campesina de los

agricultores de Vale do Paraíba - SP, el mismo lugar que inspiró la creación del personaje de Lobato, rompiendo paradigmas para mostrar otro vistazo a los campesinos y sus conocimientos y culturas.

Palabras clave: Campesino. Sociedad Industrial. Jeca Tatu.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, A. *As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.
- ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Por uma educação básica do campo*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 8-26.
- BRANDÃO, C. R. *O trabalho do saber: cultura camponesa e escola rural*. São Paulo: FTD, 1990.
- CARVALHO, M. *Eternas músicas: Tristeza do Jeca*. Disponível em: <http://www.eternasmusicas.com/2015/04/tristeza-do-jeca.html>. Acesso em 10 set. 2016.
- CHAMPAGNE, P. A visão midiática. In: BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DEMETERCO, S. M. da S. *Sociologia da educação*. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.
- KRAUSZ, M. Com que roupa eu vou? In: *Folhinha: dicas e reportagens*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folhinha/dicas/di07060804.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- LABRA, M. E. O movimento sanitário nos anos 20. Da “conexão sanitária internacional” à especialização em saúde pública no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 1 nº 4. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1985000400010>. Acesso em 19 set. 2016.
- LOBATO, M. *Urupês*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, L. A. de C. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.
- VASCONCELLOS, Z. M. de. *O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo: Editora Traço, 1982.
- Verbete *caipira*. In: <https://dicionariodoaurelio.com/caipira>. Acesso em: 08 set. 2016.
- VIEIRA, E. *Sociologia da educação: reproduzir e transformar*. 3. ed. São Paulo: FTD, 1996.

Enviado em 09 de novembro de 2016.

Aprovado em 01 de março de 2017.